



1) O processo que levou à formulação e aprovação da lei 10.639/03 foi marcado pela especificidade de não ter se iniciado no âmbito do Estado, dos poderes instituídos, mas nas demandas populares, de movimentos sociais negros, pela inclusão do ensino de história e culturas da África e dos afrodescendentes na educação brasileira. Essas são demandas que ganharam corpo com a melhor organização e atuação desses movimentos nos anos finais da ditadura militar e durante as atividades da Assembleia Constituinte, que promulgaria uma Constituição aberta aos direitos das minorias sociais, engajada no esforço de inclusão dessas minorias na cidadania plena. Nesse sentido, a lei 10.639/03, como a posterior 11.645/08, que tornou também obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas, podem ser localizadas numa linha de continuidade de legislações que visam promover essa inclusão, e aqui passa também pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em meados da década de 1990 (lei 9394/96). É importante destacar também que a lei 10.639/03 marca uma nova maneira de enxergar o processo histórico brasileiro, já que propõe a ruptura com uma história eurocêntrica, vigente no país desde a formação da disciplina no século XIX. Busca-se, agora, revisar o protagonismo europeu na história brasileira, considerar como também importantes processos históricos africanos, construir outra narrativa sobre a formação da nacionalidade, que rompa com a noção ainda vigente de "democracia racial" (entendimento da formação nacional a partir do amálgama harmônico entre europeus, africanos e indígenas).



Um ponto importante da lei 10.639/03 a ser considerado diz respeito à busca por, mais do que exigir do professor o saber historiográfico referente à África, demandar dele o domínio sobre competências e habilidades que permitam a desconstrução de preconceitos na escola, contribuindo para a reversão da invisibilidade de alunos negros e pardos. Trata-se, portanto, de um esforço de aproximação entre saber acadêmico e saber escolar, de atribuição, ao primeiro, de capacidade de intervenção social da qual ele frequentemente carece.

2) Considerados os objetivos inovadores das leis 10.639/03 e 11.645/08, de rompimento com uma leitura eurocêntrica da história brasileira, sua implementação, no entanto, revela alguns limites significativos. Em pesquisa realizada em escolas de todas as regiões do país, os professores Mauro César Coelho e Wilma de Assis Araújo Coelho, da Universidade Federal do Pará (UFPA), localizaram alguns desses entraves à plena consecução dos objetivos dessas leis.

Percebe-se, por exemplo, que o conhecimento produzido pela maior parte das escolas pesquisadas a partir da lei 10.639/03 pouco dialoga com o saber historiográfico, que tem avançado bastante recentemente no campo da história da África. Revela-se, portanto, a permanência da separação entre pesquisa e ensino, entre academia e educação básica. Coelho e Coelho observam que muito frequentemente as escolas reduzem as discussões sobre história e culturas da África e dos afrodescendentes à "Semana da consciência negra", em novembro, e a um formato de "feira



de ciências. Reforçam-se, assim, os riscos de se cair no folclorismo, no reducionismo identitário, na quietude cultural e na reiteração de mitos, até porque a incorporação de avanços historiográficos é substituída pelo combate aos preconceitos - que faz parte dos objetivos da lei, mas não os reduz a ele.

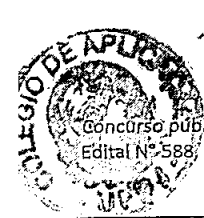
No que concerne aos indígenas, os dois historiadores observam que eles continuam sendo representados nos livros didáticos como simplesmente vítimas de ações alheias, constituintes de sociedades presas ao passado e sem qualquer vinculação com o presente - mas à tea, sua história costuma se restringir ao período colonial brasileiro.

Esses problemas são, em grande medida, resultado de um tratamento periférico dado à história dos povos africanos e indígenas na formação de professores. No caso da África, há uma inserção precária da história do continente no currículo dos cursos de licenciatura, o que reitera simplificações, como a percepção da África como espaço único, reducionismos, como a associação do continente simplesmente ao racismo, a um lugar de miséria, natureza exótica e dificuldades, e revela as dificuldades dos professores de transformar o conteúdo acadêmico em saber escolar e de relacionar processos históricos brasileiros e africanos. No fim das contas, a África segue como temática e espaço periféricos, inserida numa história do Brasil ainda construída a partir da continuidade com a história europeia.

3) Como a inserção dos povos indígenas na história do Brasil frequentemente se restringe ao período colonial, propõe-se aqui uma atividade didática interdisciplinar para a educação básica que aborda representações desses povos em algumas manifestações artísticas brasileiras dos séculos XIX, XX e XXI.

Toma-se como ponto de partida o filme "Gracema - Uma Trança Amazônica" (1974), de Jorge Bodansky e Orlanda Senna, que tem como tema a degradação em índios da morte do Brasil produzida pelas tentativas da ditadura militar (1964-1985) de modernizar a região. Está selecionado aqui dois diálogos significativos com a literatura: o primeiro, por meio da comparação entre o filme de Bodansky e Senna e o livro "Gracema", de José de Alencar, que permite a recuperação de uma outra representação dos indígenas, modernista, romântica; o segundo, através da comparação com a valorização da prática antropofágica por artistas do modernismo do início do século XX, retomada por cineastas ligados ao movimento do Cinema Novo, nas décadas de 1960 e 1970. É interessante, portanto, utilizar em sala de aula tanto o "Manifesto Antropofágico", de Oswald de Andrade, quanto filmes como "Como era gostoso o meu francês" (1971), de Nelson Pereira dos Santos, que aborda o contato de um explorador francês com índios antropófagos no litoral brasileiro, no século XVI.

O passo seguinte consiste na exibição do documentário "Martírio" (2016), de Vincent Caralli, que compreende as lutas de povos indígenas por terra e sobrevivência no Brasil contemporâneo desde meados do século XX.



A partir desse filme, é possível discutir as consequências mais violentas de ações recentes do poder público sobre os índios, debatendo sobretudo a atuação da chamada "bancada ruralista" no atual Congresso Nacional.

Por fim, deve ser representada aos alunos a carta pública divulgada em 2012 pelo povo Guaraní-Kaiowá, discutindo, a partir dela e da campanha de solidariedade que desencadeou, caminhos possíveis para a inclusão e a valorização dos indígenas no Brasil. Se hoje, considerando a complexidade da cultura e da história desses povos.